



**Relatório de Correição Ordinária no
9º Vara Federal de Execução Fiscal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

17 a 21/07/2017



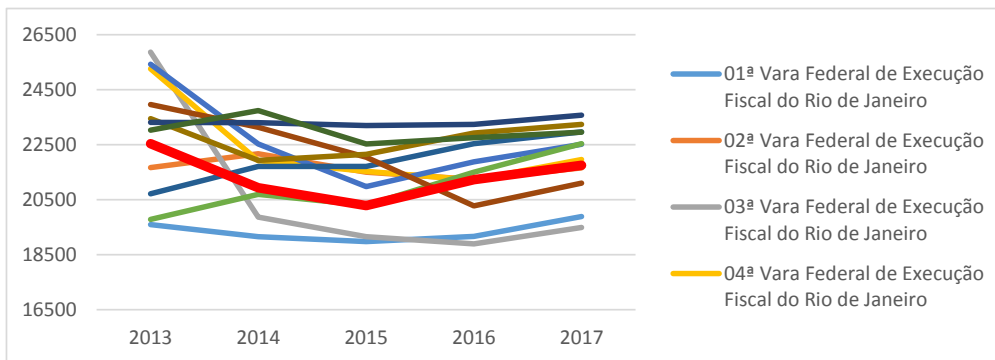
Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL.....	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA DA UNIDADE JURISDICIONAL.....	9
5. GESTÃO DE METAS.....	10
5.1. Metas internas.....	10
5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	10
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)	10
5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)	11
5.2.3. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução).....	12
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	14
6.1. Sentenças	14
6.2. Despachos e decisões	15
6.3. Audiências	15
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO.....	16
7.1. Acervo da unidade.....	16
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo dos JEFs de mesma competência na Subseção Judiciária, excetuados os processos remetidos às instâncias superiores	16
7.3. Acervo total	



16

8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	20
8.1. Recebimento de petições iniciais.....	20
8.2. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários	20
8.3. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio da Magistrada	20



8.4. Fluxo dos processos após a sentença	20
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO	21
9.1. Balcão de entrada	21
9.2. Processos em segredo de justiça	21
9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR).....	22
9.4. Publicação de atos judiciais	24
9.5. Registro de início do cumprimento do julgado.....	24
9.6. Documentos pendentes de juntada	25
9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial.....	26
9.8. Remessa externa	27
10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA	29
11. PROCESSOS FÍSICOS ANALISADOS PELA EQUIPE DE CORREIÇÃO.....	30
12. PROCESSOS SUSPENSOS	33
13. RPVs e PRECATÓRIOS.....	36
14. BENS PENHORADOS.....	37
15. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	38
16. LIVROS E PASTAS.....	39
17. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	40
18. TÓPICOS ESPECÍFICOS CÍVEIS E DE EXECUÇÃO FISCAL.....	41
18.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais acima de 1 milhão de reais ..	41
18.2. Modo de controle do prazo de prescrição intercorrente	42
19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	44
20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	49
21. ENCERRAMENTO	50



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 9ª Vara Federal de Execução Fiscal da Capital (09VFEF-RJ), de 17 a 21/6/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726) e MPF/ES (7760), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323) e DPU/ES (7755), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747) e OAB/ES (7748), a Advocacia Geral da União – AGU (7744) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos coordenados pelo Assessor Judiciário, Fabio Aldrovando, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

TRF2
Fls 774

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 6863 processos físicos e 14.102 eletrônicos, sendo 2.653 em trâmite e 18.312 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) a forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4º deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.

TRF2
Fls 775



3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 9ª Vara Federal de Execução Fiscal da Capital (09VFEF-RJ)

Data de instalação: 18/1/2012

Endereço: Av. Venezuela, nº 134, Bloco B, 7º andar, Saúde – Centro do Rio de Janeiro / RJ

Juiz Titular: Dr. Vladimir Santos Vitovsky, desde 18/1/2012

Juíza Substituta: Dra. Débora Maliki Menaged, desde 14/5/2015

Diretor de Secretaria: José Antônio de Souza

Especialização: Execução Fiscal

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Judiciários / Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto	Déficit de força de trabalho
Maio/2016	03	07	02	--	12	13	-7,69%
Julho/2017	03	07	01	01	12	13	-7,69%

O juízo tem 1 servidor a menos desde que foi instalado em 2012.

Não há servidores em teletrabalho na unidade correicionada.



4. GESTÃO DA SECRETARIA DA UNIDADE JURISDICIONAL

TRF2
Fls 777

A Secretaria do Juízo é dirigida pelo Diretor JOSÉ ANTÔNIO DE SOUZA, servidor do quadro de pessoal efetivo da SJRJ, nomeado pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores GIANFRANCESCO MANFRINI GALVAN e RICARDO DOMINGOS DA ROCHA FERREIRA e pelo Oficial de Gabinete CAIO CESAR DE ALMEIDA FERREIRA, com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006). Não há relato de exercício de função gerencial por servidores sem nomeação para a função comissionada correspondente ou sem treinamento adequado.

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 24% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, realizada de 13 a 17/2/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários. Contudo, nas Considerações Finais, foi consignado que “a produtividade depende de fatores outros, a exemplo, o número ideal de servidores e a digitalização total do acervo de autos físicos, evitando-se o trabalhoso processamento híbrido”.

Não foi relatada rotatividade de servidores nos últimos dois anos, todavia, três servidores foram substituídos no período. O primeiro foi aprovado no concurso da AGU, e pediu exoneração, o segundo mudou-se do Rio de Janeiro para acompanhar o cônjuge, e o terceiro foi permutado.

Ante a baixa percepção de capacitação recebida para o bom desempenho das atividades rotineiras, a equipe de correições sugere que o Diretor de Secretaria apure as necessidades específicas da equipe e, bem assim, solicite à Seção de Capacitação avaliar a possibilidade de incluí-las em programa de treinamento urgente, relatando as providências a esta Corregedoria.



5. GESTÃO DE METAS

TRF2
Fls 778

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: (i) chegar o mais próximo possível do primeiro colocado do ranking das varas; (ii) diminuir o acervo total e a tramitação ajustada; e (iii) atender as metas do CNJ. Para aferir o desempenho do juízo, os servidores preparam mensalmente relatório gerencial detalhado que denominam *BOPE* – Boletim Operacional de Produtividade e Estatística (anexo), centralizando diversos dados: cumprimento das metas do CNJ, entradas e saídas de processos mês-a-mês, produção mensal de atos judiciais anual, acompanhamento da evolução do acervo e comparação com as outras Varas de Execução Fiscal.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se às Varas de Execução Fiscal as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade) e 5 (Processos de Execução), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016.

O Diretor informou que o Juízo quase atingiu todas as metas do CNJ para 2016 e que acompanha o atingimento das metas de 2017, estando, na época da Correição, na 3ª posição no ranking das Varas Federais de Execução Fiscal.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitam em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: *Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9*).



O órgão recebeu, por distribuição, 175 processos-alvo da meta em 2016 e julgou 156, cumprindo 89% da meta nº 1 CNJ/2016.

TRF2
Fls 779

Tabela nº1 - Quadro resumo

Mês	Matéria	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara			
dez/16	Não criminal	SIRJ	09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro		
Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento	
1º Grau	36.544	38.340	967	98%	
1º Grau / SIRJ	31.123	32.030	651	99%	
1º Grau / SJES	5.421	6.310	316	90%	
Juizado Especial Federal	111.189	131.128	238	85%	
JEF / SIRJ	94.601	109.726	185	86%	
JEF / SJES	16.588	21.402	53	78%	
Turma Recursal	42.577	39.890	68	107%	
TR / SIRJ	33.908	32.656	12	104%	
TR / SJES	8.669	7.234	56	121%	
Tribunal Regional Federal	40.378	43.141	456	95%	
SIRJ	159.632	174.412	848	92%	
SJES	30.678	34.946	425	89%	
TRU	29	57	0	50%	
Total - 2ª Região	236.717	252.556	1.729	92%	
09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ	156	175	1	89%	

Fonte: PORTAL, acesso em 25/7/2017.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

“Identificar e julgar processos mais antigos³: distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012”.

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

Julgados 96% dos 376 processos-alvo distribuídos até 31/12/2011, ficaram pendentes 16 processos para atingir a meta.

³ A Garantia fundamental instituída pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a razoável duração dos processos é o objetivo da Meta 2, direcionada à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, sobretudo os distribuídos há longo tempo.

Para o monitoramento da meta, cada segmento de Justiça define um ou mais períodos de distribuição dos casos ainda não julgados e, com foco em tais processos, adota medidas tendentes a solucioná-los. A exemplo da Meta 1, por julgamento entende-se a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo em cada instância dos tribunais. Vale ressaltar que são considerados também recursos e incidentes processuais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p.19.)



Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	100% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-S			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	49.480	44.207	1.500	45.707	3.773	92%
Seções Judiciárias	69.671	62.243	3.582	65.825	3.846	94%
SJRJ	61.060	54.511	3.127	57.638	3.422	94%
SJES	8.611	7.732	455	8.187	424	95%
Total - 2ª Região	119.151	106.450	5.082	111.532	7.619	94%
09ª Vara Federal de Execução Fiscal do	376	353	7	360	16	96%

Fonte: PORTAL, acesso em 31/7/2017.

Quadro relativo à parte (ii) da meta 2

Julgados 95% dos 496 processos-alvo distribuídos até 31/12/2012, restaram 24 processos pendentes para atingir a meta.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	70% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-S			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	72.523	64.045	2.499	66.544	5.979	92%
Seções Judiciárias	95.130	84.083	5.428	89.511	5.619	94%
SJRJ	82.809	73.255	4.615	77.870	4.939	94%
SJES	12.321	10.828	813	11.641	680	94%
Total - 2ª Região	167.653	148.128	7.927	156.055	11.598	93%
09ª Vara Federal de Execução Fiscal do	496	464	8	472	24	95%

Fonte: PORTAL, acesso em 31/7/2017.

5.2.3. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁴

Há apenas dois processos pendentes do cumprimento da meta CNJ nº 5/2016: 0022381-96.2001.4.02.5101 e 0000135-67.2005.4.02.5101.

⁴ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



JUSTIÇA
FEDERAL TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária no 09VFEF-RJ/RJ – 17 a 21/7/2017

Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado

Mês: dez/16 Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Percentual (ZF 5.1 +1)

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
Juizado Especial Federal	10.803	37.637	37.703	1.774	430	12.081	97%
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SJRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SJES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
Total - 2ª Região	45.993	64.596	58.962	14.697	12.223	54.101	88%
09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	2	0	0	1	1	2	0%

Fonte: PORTAL, acesso em 25/7/2017.

0022381-96.2001.4.02.5101 - 4002 - EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Distribuída em 14/11/2001. Redistribuída por dependência para a 09VEF-RJ em 8/2/2012. Suspensão por parcelamento em 16/6/2014. Despacho, em 27/2/2015, que determinou a expedição do mandado de intimação para majorar o valor do depósito mensal. Consta como último movimento um despacho em 1/8/2017, determinando a intimação por publicação da executada.

0000135-67.2005.4.02.5101 - 4002 - EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Distribuída em 14/01/2005. Redistribuída por dependência para a 09VEF-RJ em 8/2/2012. Suspensão pelo art. 40 da LEF em 16/6/2014. Consta como último movimento um despacho em 1/8/2017, determinando a intimação por publicação da executada.

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Sentenças**

A unidade correccionada produziu 1.630 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/07/2017 a 30/06/2017), com média de 135 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	149
B1	Homologatória de acordo	1
B2	Repetitiva (padronizada)	934
C	Sem resolução do mérito	546
D1	Penal condenatória	0
D2	Penal absolutória	0
D3	Rejeição de queixa	0
D4	Rejeição de denúncia	0
E1	Extintiva de punibilidade	0
E2	Suspensão condicional da pena	0

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento adequado da exigência pelo Juizado em todos os feitos.

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO C
0533976-35.2001.4.02.5101	0056340-29.1999.4.02.5101 ⁵	0008726-32.2016.4.02.5101	0020672-98.2016.4.02.5101
0105072-45.2016.4.02.5101	-----	0522687-03.2004.4.02.5101	0020633-38.2015.4.02.5101
0505889-98.2003.4.02.5101	-----	0522799-25.2011.4.02.5101	0023244-03.2011.4.02.5101
0501573-03.2007.4.02.5101	-----	0522763-32.2001.4.02.5101	0013338-52.2012.4.02.5101
0171731-07.2014.4.02.5101	-----	0522732-60.2011.4.02.5101	0034718-92.2016.4.02.5101
0010557-18.2016.4.02.5101			

⁵ Só foi prolatada uma sentença Tipo B1 no período de 12 meses que antecedeu a correição.



0013307-95.2013.4.02.5101
0013546-94.2016.4.02.5101
0021573-42.2011.4.02.5101
0033921-19.2016.4.02.5101

Fonte: PORTAL, acesso em 21/6/2017.

Nesse ínterim, não houve extrapolção do prazo de 180 dias para prolação de sentença fixado na CNC e não há processos acumulados aguardando indevidamente a abertura de conclusão para sentença.

6.2. Despachos e decisões

Acervo com prazos vencidos para despachos e decisões

Posição em	04/07/2017
Conclusão até	04/07/2017

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	1	16,67
Decisão	5	83,33
Total Geral	6	100,00

6.3. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/07/2016 a 30/06/2017) foram designadas **19** audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

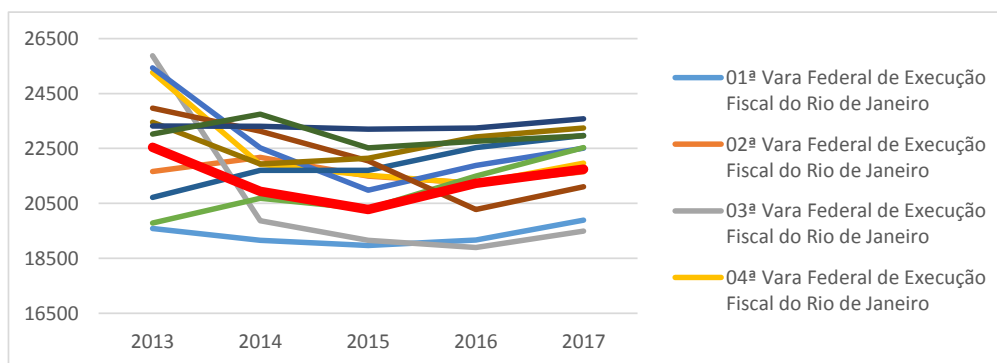
TRF2
Fls 784

7.1. Acervo da unidade

Mês : Junho ▼		Situacao Processo ▼	
Medidas ▼			
Vara ▼			
Ano ▼			
Processos	09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	2013	11808 8929 20737
		2014	6213 12663 18876
		2015	4891 14003 18894
		2016	3865 16502 20367
		2017	2653 18312 20965

7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo dos JEFs de mesma competência na Subseção Judiciária, excetuados os processos remetidos às instâncias superiores

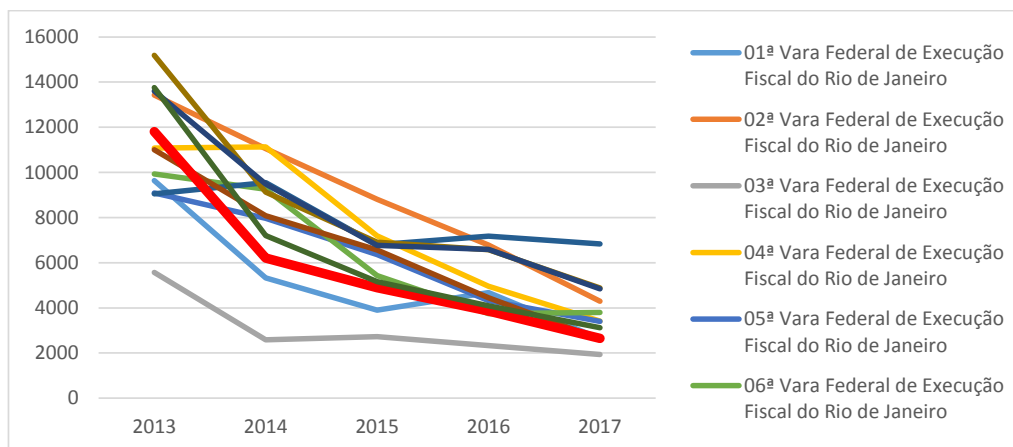
7.3. Acervo total





VEFs	Soma de Total	Porcentagem
11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	22956	9,10%
10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	22576	8,95%
07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	22396	8,88%
05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	21610	8,56%
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	21500	8,52%
12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	21301	8,44%
04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	21266	8,43%
09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	20965	8,31%
02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	20776	8,23%
08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	19904	7,89%
01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	18655	7,39%
03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	18402	7,29%
Total Geral	252307	100,00%

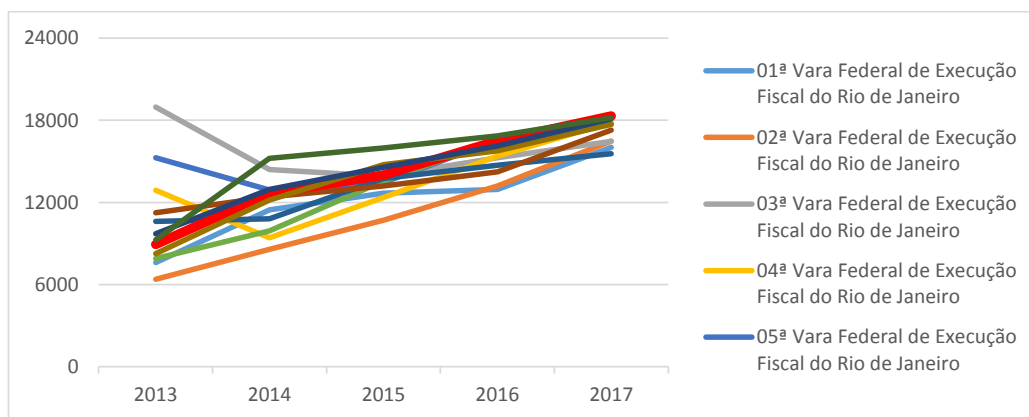
Acervo ativo em tramitação





VEFs	Soma de Trâmite	Porcentagem
07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	6828	15,37%
10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	4878	10,98%
11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	4844	10,91%
02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	4300	9,68%
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	3798	8,55%
04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	3411	7,68%
05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	3403	7,66%
12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	3120	7,02%
09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	2653	5,97%
01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	2632	5,93%
08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	2613	5,88%
03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	1936	4,36%
Total Geral	44416	100,00%

Acervo suspenso





VEFs	Soma de Suspensão	Porcentagem
09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	18312	8,81%
05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	18207	8,76%
12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	18181	8,75%
11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	18112	8,71%
04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	17855	8,59%
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	17702	8,52%
10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	17698	8,51%
08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	17291	8,32%
02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	16476	7,93%
03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	16466	7,92%
01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	16023	7,71%
07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	15568	7,49%
Total Geral	207891	100,00%

TRF2
Fls 787



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

TRF2
Fls 788

8.1. Recebimento de petições iniciais

As petições iniciais são triadas diariamente no balcão de entrada da Secretaria da unidade e distribuídas nos escaninhos: “Iniciais - Conselhos”, “Iniciais - Embargos à Execução”, “Iniciais - Fazenda Nacional” e “Iniciais - Outras”, que estavam vazios na abertura da Correição, não havendo acúmulo de processo.

8.2. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Os processos de grandes devedores são identificados para receber prioridade desde quando ingressam no balcão de entrada da Secretaria. São tratados com prioridade, também, os Embargos à Execução com idoso como parte.

8.3. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio da Magistrada

Os servidores de apoio aos gabinetes são responsáveis pelas minutas de sentenças em Embargos à Execução e nas demais ações de conhecimento, de pelas decisões em exceções de pré-executividade. Nesses casos, a Secretaria envia os autos conclusos para o gabinete quando identifica, durante o processamento, que o processo está apto para ser julgado. Foi relatado à equipe de correição que não é comum a ocorrência de conversões em diligência. A Secretaria é responsável por minutar sentenças em Execuções Fiscais.

8.4. Fluxo dos processos após a sentença

Após certificar o trânsito em julgado de sentenças terminativas, a Secretaria encaminha os processos para o escaninho “Aguardando baixa”, para registrar baixa em todos os feitos conjuntamente no final de cada mês.

Havendo condenação em honorários advocatícios nos Embargos à Execução, a Secretaria traslada peças e executa o julgado na execução fiscal originária sem, todavia, registrar, no APOLO, o movimento 18. Assim, sugere-se o registro da fase 18, APOLO, quando houver necessidade de cumprimento de sentença condenatória.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

É verificado diariamente. Em 01/08/2017, havia 133 documentos no balcão de entrada, sendo o documento mais antigo o MEF.0056.002271-6/2017, de 19/07/2017.

Documento	Classificação	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara
0029539-93.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002271-6/2017	ENGENHO DE DENTRO DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	19/07/2017 16:29	JR/BSL		
0020440-91.2013.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002198-2/2017	COPACABANA - AVENIDA DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	19/07/2017 17:17	JR/BSA		
0125333-94.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002098-0/2017	CENTRO - RUA DA ASS DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	19/07/2017 20:44	JR/CDD		
0138709-50.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002210-0/2017	CAMPO GRANDE - AVEI Certidão com resultado de diligência cadastrado pela Internet	1	20/07/2017 00:02	JR/MFO		
0184922-51.2016.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002051-3/2017	CAMPO GRANDE - EST Certidão com resultado de diligência cadastrado pela Internet	1	20/07/2017 01:25	JR/MFO		
0029006-55.2012.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002077-8/2017	MARIA DA GRACA - RUA Certidão com resultado de diligência cadastrado pela Internet	1	20/07/2017 01:30	JR/NKO		
0134841-19.2006.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002173-2/2017	RIO COMPRIDO - RUA DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	20/07/2017 10:03	JR/ENL		
0032383-66.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002038-8/2017	RECREIO DOS BANDES DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	20/07/2017 11:15	JR/AFD		
0151687-47.2011.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002199-7/2017	CENTRO - RUA DO CA DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	20/07/2017 12:45	JR/CDD		
0153602-17.2015.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002280-5/2017	BRAS DE PINA - RUA PI DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	20/07/2017 15:20	JR/AVU		
0153451-17.2016.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.001775-6/2017	RECREIO DOS BANDES DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	20/07/2017 17:19	JR/CDD		
0153665-08.2016.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.001532-2/2017	BARRADA TULUCA - ES DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	20/07/2017 20:02	JR/ADO		
0096011-29.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.001974-7/2017	RAMOS - RUA ANDRE F Certidão com resultado de diligência cadastrado pela Internet	1	20/07/2017 20:32	JR/LIE		
0027129-60.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.001227-3/2017	CACHAMBI - RUA CACH Certidão com resultado de diligência cadastrado pela Internet	1	20/07/2017 20:32	JR/NKO		
0027516-30.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.001066-8/2017	RIO COMPRIDO - RUA DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	20/07/2017 20:57	JR/ENL		
0000247-16.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.000808-5/2017	TULUCA - RUA CARLOS DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	20/07/2017 23:11	JR/ENL		
0021678-93.2010.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.001985-5/2017	RAMOS - AVENIDA ENDEVOLVIDO COM RESULTADO	1	20/07/2017 23:12	JR/RDR		
0128705-51.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.001967-7/2017	CATUMBI - RUA ELISEL DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	20/07/2017 23:17	JR/ENL		
0030742-93.2011.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002073-9/2017	ANDARAÍ - RUA BARAO DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	21/07/2017 06:31	JR/ATE		
0033515-61.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002117-9/2017	GRAJAU - RUA NOSSA DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	21/07/2017 14:38	JR/RRI		
0178956-37.2016.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002195-9/2017	GRAJAU - RUA CACAP DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	21/07/2017 14:42	JR/RRI		
0025306-40.2016.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002013-8/2017	RAJA - AVENIDA TENEE DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	21/07/2017 17:43	JR/NW		
0050182-51.2007.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002242-0/2017	CENTRO - RUA ATADE DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	21/07/2017 18:07	JR/EZS		
0010086-65.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002021-2/2017	CENTRO - RUA BARAC Certidão com resultado de diligência cadastrado pela Internet	1	23/07/2017 13:42	JR/NWA		
0000270-83.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002050-8/2017	SANTO CRISTO - RUA Certidão com resultado de diligência cadastrado pela Internet	1	23/07/2017 13:52	JR/NWA		
0106700-35.2017.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.002134-2/2017	SANTO CRISTO - RUA Certidão com resultado de diligência cadastrado pela Internet	1	23/07/2017 13:55	JR/NWA		
0000779-32.2016.4.02.5101 - Local 501	MEF.0056.001726-2/2017	TULUCA - RUA CONDE DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	23/07/2017 16:54	JR/RSV		

9.2. Processos em segredo de justiça

Em 04/07/2017 havia 51 processos cadastrados com segredo de justiça, conforme o quadro abaixo, extraído do Portal de Estatísticas:

Posição em	04/07/2017
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	5
Sistema	32
Documento	14
Total Geral	51



9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)

A unidade possui locais virtuais destinados à espera de prazos, anotando as datas de encerramento, colhendo-se os seguintes exemplos de escaninhos eletrônicos:

	Nº de Docs.	Data do doc. mais antigo
Prazo	273	29/05/2017
Prazo – DJER	192	29/05/2017
Prazo – Edital	159	04/05/2017
Prazo – Fazenda Nacional	218	12/05/2017

* Em razão de problema técnico, não foi possível colhear as informações acima na semana da inspeção, portanto, o controle de prazos foi aferido através Sistema Apolo em 02/08/2017

Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 550 processos, equivalentes a 20,91% do acervo com tramitação ativa, o que é atribuído à falta de servidores no quadro a seguir.

Posição em	04/07/2017
Último Movimento até	03/04/2017

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	157	28,55
Mais de 60	393	71,45
Total Geral	550	100,00

Fonte: Planilhas extraídas do APOLO, em 04/07/2017

Sugere-se que sejam estabelecidos procedimentos na Secretaria para reduzir progressivamente a quantidade de processos sem movimentação cartorária além do prazo máximo fixado no art. 228, CNCR.

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

Processo	2005.51.01.526253-0
Distribuído em	27/01/2013
Fls. 112	Decisão determinando a penhora sobre o faturamento da empresa no percentual de 10%, em 07/08/2013
Fls. 112/verso	Certificada a expedição de mandado em 05/10/2015
Fls. 117	Certidão negativa, em 16/10/2015



fls. 118	Certificada a suspensão da execução, na forma do art. 40, da Lei 6.830/80, em 12/11/2015
Fls. 118/verso	A Fazenda Nacional requer a inclusão no polo passivo da relação processual o sócio-gerente, em 25/11/2015
Fls. 122	Decisão determinando a inclusão no polo passivo da relação processual dos sócios gerentes, em 01/02/2016
Fls. 124/128	A executada ofereceu exceção de pré-executividade, em 17/05/2016
Fls. 133/133-verso	Despacho determinando vistas à exequente, em 07/06/2016
Fls. 135	Resposta do Fazenda Nacional, em 20/06/2016 (último movimento)
No início da correição, em 17/07/2017, o processo estava parado a 392 dias	

Processo	2005.51.01.502318-3
Distribuído em	07/02/2012
Fls. 250/251	Decisão deferindo o requerimento de penhora sobre o faturamento da empresa, em 18/04/2016
Fls. 256	Certidão atestando que até a presente data não houve oposição de embargos à penhora realizada, em 26/09/2016
Fls. 256/verso	Vistas dos autos à Fazenda Nacional, ciente em 05/10/2016 (último movimento)
No início da correição, em 17/07/2017, o processo estava parado a 285 dias	

Processo	2006.51.01.521942-2
Distribuído em	15/08/2014
Fls. 426	Determinada a redistribuição do feito à 9ª Vara Federal de Execução Fiscal, em 13/08/2014
Fls. 428/429	Despacho determinando a intimação da embargante para que formule a opção de pagamento, à vista ou alguma modalidade de parcelamento na via administrativa, em 17/11/2014
Fls. 430 (não foi numerado)	Certificado que até 15/01/2015 não houve manifestação da parte embargante (último movimento)
No início da correição, em 17/07/2017, o processo estava parado a 914 dias	

Processo	2005.51.01.509683-6
Distribuído em	06/02/2012
Fls. 151/156	Decisão do TRF2 afastando a prescrição do crédito tributário
Fls. 160	Remessa à Vara de origem, em 20/03/2014
Fls. 161	Vistas ao exequente, em 30/04/2014
Fls. 162	Fazenda Nacional reitera o pedido de fl. 121/123, em 29/08/2014
Fls. 173	Decisão determinando a remessa ao SEDJE para incluir no polo passivo da relação processual os sócios gerentes qualificados à fl. 125, tendo em vista a não localização da empresa, em 03/08/2014
Fls. 176	Certidão negativa, em 26/03/2015



Fls. 178	Petição da União Federal / Fazenda Nacional requerendo a renovação da diligência citatória do executado, em 12/05/2015
Fls. 193	Decisão determinando a renovação da diligência de citação, em 13/05/2015
Fls. 196	Fazenda Nacional requer a citação por edital do executado, em 19/01/2016
Fls. 201	Certificado o transcurso do prazo, sem manifestação da parte executada, em 13/03/2016
Fls. 202	Fazenda Nacional requer a penhora dos bens do devedor e a emissão para bloqueio das contas e ativos financeiros do executado, através do Sistema BACENJUD, em 05/04/2016
Fls. 206/207	Decisão deferindo o pedido de penhora <i>on-line</i> via Sistema BACENJUD, em 02/09/2016
Fls. 216	Suspenso o curso da presente execução, em 29/09/2016; à fl. 218 decisão determinando a intimação da executada, por edital, da penhora efetivada para, querendo, opor embargos à execução, em 16/12/2016
Fls. 220	Certificado o transcurso do prazo de intimação por edital, sem a manifestação da executada, em 04/04/2017 (última movimentação)
No início da correição, em 17/07/2017, o processo estava parado a 104 dias	

9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Total Geral de Boletins Gerados	Período	07/2016 s 06/2017
	Processos	2.760
	Boletins	245
	Média (Proc. / Bol.)	11,27
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,23

9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).










Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)⁶.

Selecionados os processos com RPV expedido, foram localizados 2 processos sem registro da fase 18 no APOLO.

Dados referentes ao dia: 01/08/2017

Relatório atual



Ano : 2017

Mês : Junho

Situacao Processo

Execução de Sentença - Fase 18

Requisição Valor

Medidas

Vara

		Trâmite		
		Informada	Não Informada	Total
		Sim	Sim	
Processos	09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	1	2	3
Total		1	2	3

0030456-41.2012.4.02.5101 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Distribuída por dependência em 4/7/2012. Sentença transitada em julgado em 19/9/2014. Consta com último movimento a juntada de petição da advogada da embargante requerendo a baixa do processo, em razão da expedição e quitação do RPV.

0043043-27.2014.4.02.5101 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Distribuição por Dependência em 02/12/2014. Baixa do processo em 11/7/2017.

Sugestão da equipe de correição: realizar o registro da fase 18, Apolo, nos Embargos à Execução em fase de cumprimento de sentença.

9.6. Documentos pendentes de juntada

No encerramento deste relatório o Painel de Indicadores listava 19 petições na Secretaria pendentes de juntada nos processos localizados no Cartório:

⁶ O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



Processo	Petição	Nº Dias	Classe
0603224-30.1900.4.02.5101	2013.7162.028523-0	1694	EXECUÇÃO FISCAL
0512396-02.2008.4.02.5101	2014.7162.054523-0	1287	EXECUÇÃO FISCAL
0529348-95.2004.4.02.5101	2014.7162.065036-0	1267	EXECUÇÃO FISCAL
0523409-08.2002.4.02.5101	2014.7162.101038-1	1168	EXECUÇÃO FISCAL
0504647-60.2010.4.02.5101	2014.7162.109182-9	1147	EMBARGOS À EXECUÇÃO
0088097-41.1999.4.02.5101	2014.7162.120634-0	1112	EXECUÇÃO FISCAL
0510284-07.2001.4.02.5101	2014.7162.120652-9	1112	EXECUÇÃO FISCAL
0089212-97.1999.4.02.5101	2014.7162.120631-6	1112	EXECUÇÃO FISCAL
0515476-71.2008.4.02.5101	2015.7162.001017-4	1020	CARTA
0533741-63.2004.4.02.5101	2015.7162.001547-8	1012	EXECUÇÃO FISCAL
0503984-58.2003.4.02.5101	2015.7162.004701-9	953	EXECUÇÃO FISCAL
0500375-28.2007.4.02.5101	2015.7162.006123-2	931	EMBARGOS DE TERCEIRO
0519078-12.2004.4.02.5101	2015.7162.013632-1	740	EXECUÇÃO FISCAL
0505474-86.2001.4.02.5101	2016.7162.001252-4	634	EXECUÇÃO FISCAL
0500365-81.2007.4.02.5101	2016.7162.001683-0	620	EMBARGOS À EXECUÇÃO
0770167-37.1900.4.02.5101	2016.7251.001563-5	512	EXECUÇÃO FISCAL
0500375-28.2007.4.02.5101	2016.7162.007321-3	469	EMBARGOS DE TERCEIRO
0525972-43.2000.4.02.5101	2016.7162.007601-8	447	EXECUÇÃO FISCAL
0770167-37.1900.4.02.5101	2016.7162.010633-2	358	EXECUÇÃO FISCAL

Sugere-se localizar e juntar as petições pendentes listadas.

9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial

Verificados os locais virtuais relacionados abaixo, há processos aguardando a expedição de atos cartorários além do prazo do art. 228, CNCR.



LOCAL VIRTUAL	Nº DE DOCS	DOC. MAIS ANTIGO	DATA DE ENTRADA
Ag. Expedir Edital	14	0527950-69.2011.4.02.5101	16/06/2017
Ag. Geração de Boletim	45	0514891-48.2010.4.02.5101	26/07/2017
Ag. Juntada de AR	20	MAN.0056.000002-3/2016	14/04/2016
Ag. Juntada de Expedientes	392	ALV.0056.000061-2/2015	13/05/2016
Ag. Perícia	3	0034372-83.2012.4.02.5101	10/06/2016
Digitalização - Ag. Conferência de Peças	-	-	-
Digitalização - Ag. Renomeação de Peças	-	-	-
Expediente para Impressão e Juntada (Autos Físicos)	88	SEC.0005.000032-0/2013	05/04/2013
Expedir Mandados / Outros	11	0063462-39.2012.4.02.5101	06/12/2016
Expedir Ofício / CEF	483	0510190-83.2006.4.02.5101	25/04/2016
Ofício CEF - Aguardando envio	25	OFI.0056.000212-3/2017	28/07/2017

Fonte: APOLO em 02/08/2017.

9.8. Remessa externa

Constam 2.515 processos com registro de prazo de remessa externa vencido no sistema APOLO, amostragem a seguir:

Destino	Nº de Procs.	Proc. mais antigo	Data de Remessa	Motivo	Dias vencidos
AGU	15	0530321-40.2010.4.02.5101	12/02/2015	Manifestação	863
PFN	1.795	0009474-69.2013.4.02.5101	27/10/2008	Vista	3.202
DPU	8	0516438-36.2004.4.02.5101	28/08/2014	Recurso	1.034
CAIXA	63	05293293-70.2002.4.02.5101	19/03/2007	Manifestação	3.779
PGE/RJ	1	0511648-33.2009.4.02.5101	10/06/2016	Vista	374
FN/Grandes devedores	17	0526547-46.2003.4.02.5101	16/08/2013	Recurso	1.415
BACEN	10	0145816-19.2015.4.02.5101	01/03/2016	Reposta	484
PGM/RJ	40	0505441-08.2015.4.02.5101	12/11/2015	Recurso	595
CRF/RJ – Conselho Regional de Farmácia	66	0522121-44.2010.4.02.5101	27/04/2012	Vista	1.907
COREN/RJ – Conselho Regional de Enfermagem	3	0518474-07.2011.4.02.5101	08/11/2016	Vista	185
CRENOFO 1 – Conselho Regional de Fonoaudiologia da 1ª Região	4	0011166-98.2016.4.02.5101	28/09/2016	Vista	251



CORE/RJ - Conselho Regional dos Representantes Comerciais	12
CRC/RJ – Conselho Regional de Contabilidade	31
CRECI – Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 1ª Região	24
PRF	426
TOTAL	2.515

0009424-38.2016.4.02.5101	07/12/2016	Vista	230
0036313-29.2016.4.02.5101	05/12/2016	Vista	150
0154591-23.2015.4.02.5101	08/11/2016	Vista	183
0102543-58.2013.4.02.5101	15/10/2013	Resposta	1.373

Fonte: APOLO, processos remetidos consulta em 03/08/2017.

Sugestões da equipe de Correição: (i) cobrar das partes e órgãos externos a restituição dos autos que estejam fora da Secretaria além dos prazos legais; (ii) realizar o movimento de recebimento no APOLO nos processos físicos já restituídos; e (iii) finalizar as remessas de autos eletrônicos cujos prazos para vista já tenham expirado.



10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006, estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos, que tramitam na Vara, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

Contudo, na estatística extraída do APOLO, não há processos em trâmite no órgão correccionado nessas classes ou situações específicas e, no PORTAL, inexistente anotação de réus presos nas ações vinculadas ao Juízo.

**11.PROCESSOS FÍSICOS ANALISADOS PELA EQUIPE DE
CORREIÇÃO**

Processo	2005.51.01.534298-7
Distribuído em	20/04/2012
Fls. 109/110	Decisão deferindo o rastreamento e bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras da executada, em 27/06/2014
Fls. 121	Decisão determinando a inclusão dos sócios-gerentes, qualificados às fls. 117, no polo passivo, em 25/03/2015
Fls. 129/131	Decisão determinando a citação por edital, em 15/03/2016
Fls. 133	Certificado o transcurso do prazo de citação por edital, sem a manifestação da parte executada, em 07/06/2016
Fls. 138	Decisão determinando a intimação dos executados para, querendo, opor embargos, no prazo de 30 dias, em 16/12/2016
Fls. 140	Certificado o transcurso do prazo de intimação por edital, sem a manifestação da parte executada, em 04/04/2017 (último movimento)
No início da correição, em 17/07/2017, o processo estava parado a 104 dias	

Processo	2006.51.01.526982-6
Distribuído em	12/04/2012
Fls. 51/52	Decisão deferindo o rastreamento e bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras, em 09/09/2013
Numeração errada	Ato ordinatório, de 20/03/2014, suspendendo a execução fiscal por um ano, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830/80.
Numeração errada	Fazenda Nacional requer a penhora de embarcação, em 27/03/2014
Numeração errada	Decisão determinando a expedição de mandado de penhora e avaliação da embarcação indicada pela exequente, em 17/11/2016 (último movimento)
No início da correição, em 17/07/2017, o processo estava parado a 242 dias. Nesse caso destaca-se a necessidade dos autos serem reenumerados.	

Processo	2005.51.01.511518-1
Distribuído em	02/03/2012
Fls. 32	Despacho suspendendo a execução fiscal, ante o trânsito em julgado dos embargos à execução em apenso, em 20/04/2015.



Processo	2006.51.01.510958-6
Distribuído em	27/03/2012
Fls. 32/33	A Fazenda Nacional requer a juntada de documentos, no qual consta a data da rescisão do parcelamento, não havendo causa interruptiva ou suspensiva da prescrição que autoriza a decretação da prescrição intercorrente, em 28/03/2017
Fls. 37/38	Sentença pronunciando, de ofício, a prescrição intercorrente, em 22/05/2017
Fls. 42/45	Apelação da Fazenda Nacional interposta em 07/06/2017
Fls. 53/58	A executada apresenta contrarrazões, em 12/07/2017 (último movimento)
No início da correição, em 17/07/2017, fazia apenas 5 dias que as contrarrazões foram oferecidas.	

Processo	2006.51.01.501549-0
Distribuído em	30/01/2012
Fls. 210	Decisão suspendendo o feito na forma do art. 40, da Lei 6.830/80
Fls. 212	A decisão, de 05/05/2017, determinou (i) remeter os autos ao Setor de Distribuição para retificar o polo passivo fazendo constar massa a falida de S.A. Viação Aérea Rio-Grandense. (ii) oficiar o juízo falimentar da 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital (Processo n. 0260447-16.2010.8.19.0001) a fim de que seja feita a reserva de créditos em favor da exequente; (iii) a citação do administrador judicial da massa falida, cientificando-o da existência do crédito fiscal em favor da Exequente, bem como da abertura de prazo para oferecimento de embargos à execução; e (iv) a suspensão do feito no curso do processo falimentar
Fls. 212/verso	Certificada a remessa dos autos ao Setor de Distribuição, em 12/05/2017 (último movimento)
No início da correição, em 17/07/2017, o processo estava parado a 66 dias, e a secretaria não havia oficiado a 1ª Vara Empresarial, e tampouco citado o administrador da massa falida.	

Processo	2004.51.01.535744-5
Distribuído em	01/06/2005
Fls. 67	PFN requer, em 05/11/2011, que o 6º Ofício do Registro de Distribuição do Rio de Janeiro providencie certidão sobre distribuição em nome do executado, a fim de incluí-lo na execução fiscal
Fls. 68	Despacho, de 05/06/2017, determinando a intimação da parte exequente, para, no prazo de 10 dias, se manifestar conforme disposto no § 4º do art. 40, da Lei 6.830/80, incluído pela Lei nº 11.051/04
Fls. 68/verso	Vistas dos autos à Fazenda Nacional, em 19/06/2017
Fls. 69/70	A Fazenda informa que não identificou causa de suspensão e/ou interrupção do prazo prescricional, após consulta ao Sistema da Dívida Ativa e ao processo administrativo que



	fundamenta a cobrança, em 26/06/2017 (último movimento)
No início da correição, em 17/07/2017, o processo estava parado a 21 dias	

Processos		
2004.51.01.540661-4	2005.51.01.534005-0	2006.51.01.514940-7
2005.51.01.526360-1	2008.51.01.501178-9	2005.51.01.500650-1
2005.51.01.510024-4	2005.51.01.510143-1	2005.51.01.533338-0
2005.51.01.527467-2	2005.51.01.509832-8	2006.51.01.527641-7
1998.51.01.029134-5	2001.51.01.508392-7	
Observações		
De acordo com a movimentação processual do Sistema APOLO, os processos acima relacionados ficaram, em média, parados por mais de 2 anos entre um despacho e outro.		

**12. PROCESSOS SUSPENSOS**

A Secretaria controla os prazos de suspensão através dos relatórios de dados extraídos mensalmente do Portal de Estatísticas. Não são cadastrados no APOLO, os paradigmas de recursos repetitivos ou repercussão geral, porém, os processos são mantidos em escaninhos de controle específico, monitorando-se periodicamente o julgamento do recurso afetado.

Por amostragem, foram verificados os processos relacionados abaixo, listados conforme os motivos da suspensão:

Processo	0046220-58.1998.4.02.5101
Motivo da suspensão	Aguardando decisão de instância superior
Data da suspensão	23/08/2016
Observação	Suspensão do curso do feito até o julgamento definitivo dos Embargos à Execução nº 0045085-11.1998.4.02.5101 (98.0045085-8), em trâmite na 12ª Vara Federal de Execução Fiscal.

Processo	0531284-92.2003.4.02.5101
Motivo da suspensão	Aguardando decisão de instância superior
Data da suspensão	26/10/2016
Observação	Aguardando o trânsito em julgado do acórdão.

Processo	0521236-06.2005.4.02.5101
Motivo da suspensão	Outros – fase processo execução
Data da suspensão	26/01/2015
Observação	Suspensão do curso da execução, até o trânsito em julgado da ação ordinária 0002683-55.2011.4.02.5101, nos termos do art. 265, IV, a, do CPC.

Processo	0509569-52.2007.4.02.5101
Motivo da suspensão	Aguardando decisão de instância superior
Data da suspensão	02/02/2017
Observação	Suspensão aguardando julgamento até o trânsito em julgado dos embargos à execução.

Processo	0518411-21.2007.4.02.5101
Motivo da suspensão	Aguardando decisão de instância superior
Data da suspensão	16/03/2017
Observação	Suspensão até decisão final a ser proferida nos autos do agravo de instrumento interposto.
Sugestão	SMJ, o feito deve seguir a marcha processual, pois a interposição de agravo de instrumento, deságua na suspensão do processo.

Processo	0522076-21.2002.4.02.5101
Motivo da suspensão	Parcelamento
Data da suspensão	18/07/2013
Observação	Suspensão do andamento do feito pelo prazo do parcelamento ou notícia de rescisão.

Processo	0533212-10.2005.4.02.5101
Motivo da suspensão	Parcelamento
Data da suspensão	24/07/2013
Observação	Suspensão da execução na forma do art. 792 do CPC.

Processo	0514291-03.2005.4.02.5101
Motivo da suspensão	Parcelamento
Data da suspensão	04/02/2014
Observação	Suspensão da execução na forma do art. 792 do CPC



Processo	0517776-79.2003.4.02.5101
Motivo da suspensão	Parcelamento
Data da suspensão	29/01/2014
Observação	Suspensão da execução na forma do art. 792 do CPC

Processo	0510754-67.2003.4.02.5101
Motivo da suspensão	Parcelamento
Data da suspensão	28/04/2014
Observação	Suspensão da execução na forma do art. 792 do CPC

Processo	0538613-92.2002.4.02.5101
Motivo da suspensão	Art. 2º da Portaria MF 75/2012
Data da suspensão	09/06/2014
Observação	Arquivamento dos autos sem baixa na distribuição. Débito fiscal de valor igual ou inferior a R\$ 20.000,00

Processo	0075515-09.1999.4.02.5101
Motivo da suspensão	Art. 2º da Portaria MF 75/2012
Data da suspensão	09/06/2014
Observação	Arquivamento dos autos sem baixa na distribuição. Débito fiscal de valor igual ou inferior a R\$ 20.000,00

Processo	0545627-93.2003.4.02.5101
Motivo da suspensão	Art. 2º da Portaria MF 75/2012
Data da suspensão	10/07/2014
Observação	Arquivamento dos autos sem baixa na distribuição. Débito fiscal de valor igual ou inferior a R\$ 20.000,00

Processo	0541579-57.2004.4.02.5101
Motivo da suspensão	Art. 2º da Portaria MF 75/2012
Data da suspensão	10/07/2014
Observação	Arquivamento dos autos sem baixa na distribuição. Débito fiscal de valor igual ou inferior a R\$ 20.000,00

Processo	0515879-79.2004.4.02.5101
Motivo da suspensão	Art. 2º da Portaria MF 75/2012
Data da suspensão	10/07/2014
Observação	Arquivamento dos autos sem baixa na distribuição. Débito fiscal de valor igual ou inferior a R\$ 20.000,00

Processo	0055434-73.1998.4.02.5101
Motivo da suspensão	Art. 40 da Lei 6.830/80
Data da suspensão	29/03/2011
Observação	Suspensão pelo período de 1 (um) ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40

Processo	0089653-49.1997.4.02.5101
Motivo da suspensão	Art. 40 da Lei 6.830/80
Data da suspensão	06/03/2008
Observação	Suspensão pelo período de 1 (um) ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40

Processo	0500508-80.2001.4.02.5101
Motivo da suspensão	Art. 40 da Lei 6.830/80
Data da suspensão	21/09/2005
Observação	Suspensão pelo período de 1 (um) ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40

Processo	0539376-30.2001.4.02.5101
Motivo da suspensão	Art. 40 da Lei 6.830/80
Data da suspensão	26/03/2008



Observação	Suspensão pelo período de 1 (um) ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40
-------------------	--

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

Sugere-se seja uniformizada a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos repetitivos ou Repercussão Geral, com a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO (aba *Paradigmas* – opção *Associar Processos*).



14. BENS PENHORADOS

TRF2
Fls 805

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

A unidade registra no APOLO os bens penhorados rotineiramente, conforme demonstra a amostragem a seguir, extraída do sistema em 04/07/2017:

Processo	Quantidade de bens diferentes	Valor do bem
0018935-32.1994.4.02.5101	2	R\$ 30.000,00 R\$ 11.800,00
0027542-29.1997.4.02.5101	1	R\$ 10.000,00
0029679-18.1996.4.02.5101	3	R\$ 525.000,00
0030458-65.1999.4.02.5101	1	R\$ 14.137.450,26
0031229-43.1999.4.02.5101	1	R\$ 480.000,00
0040718-12.1996.4.02.5101	1	-
0045742-21.1996.4.02.5101	1	-
0045934-56.1993.4.02.5101	1	R\$ 800,00
0089553-94.1997.4.02.5101	1	R\$ 450.000,00



15. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destinados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e os arts. 242 a 247 da CNCR. Contudo, não há registro no APOLO de processos com bens acautelados/apreendidos.

MPS Apolo - Secretaria - 2.34.0.0 - [Relatório de Material Apreendido/Acautelado]

Cadastro Processo Expediente Petição Guia de Remessa Consultas Relatórios Processo Eletrônico Paradigmas Janela Ferramentas Ajuda

Sistema da JFRJ

Seção 51 Seção Judiciária do RJ

Vara 56 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Período de Acaut./Apreensão até

Acautelado/Apreendido

☒ Acautelado ☒ Apreendido

Levantamento

☒ Ativos ☒ Baixados

Período de Baixa até

Error

Não existem dados para a impressão do Relatório.

OK

Fonte: APOLO, em 02/08/2017



16. LIVROS E PASTAS

TRF2
Fls 807

Há dois livros físicos (Ponto e Reclamações), tendo em vista a obrigatoriedade de manutenção apenas de pastas eletrônicas, tais como pastas de mandados, ofícios, alvarás, atas de audiências, inspeções e sentenças, a teor do disposto no artigo 149 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional.

O Livro de Ponto contém descrição da finalidade na capa, número de ordem na lombada, folhas numeradas (não rubricadas) e não apresenta rasuras ou borrões. Contudo, não há termo de abertura lavrado.

O Livro de Reclamações apresenta-se regular, com as folhas numeradas e rubricadas, sem rasuras ou borrões, com indicação da finalidade na capa e com termos de abertura e encerramento lavrados. Não há registro de reclamações.

Sugestao da equipe de correção: regularizar o Livro de Ponto, lavrando-se o termo de abertura.



17. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 9ª VFEF do Rio de Janeiro, localizada no 7º andar, prédio do Bloco B, no centro da cidade (Av. Venezuela, 134 – Saúde – CEP: 20081-312), possui boas instalações físicas, conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e roletas para acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível, com mural para orientação do público. Em toda área interna da Vara a iluminação é boa.

A sala da Secretaria da Vara é ampla e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido e divisórias em bom estado de conservação. Notou-se, falta de limpeza externa dos vidros das janelas, a cargo da DIRFO. Os banheiros são limpos e organizados. Mesas e cadeiras dos setores, embora não sejam novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma pequena copa para refeições, bem funcional.

O Gabinete do Juiz Federal Substituto é amplo, com mesa, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

Os aparelhos de ar-condicionado dos Gabinetes dos Juízes e da Secretaria são antigos mas funcionam bem, refrigerando adequadamente o ambiente. No verão, há dificuldade para refrigerar o ambiente, maior incidência do sol na parte da tarde.

A sala de audiências é ampla, com várias longarinas e bem refrigerada, sem incidência de sol à tarde. É muito pouco utilizada devido a competência do Juízo.

**18. TÓPICOS ESPECÍFICOS CÍVEIS E DE EXECUÇÃO FISCAL****18.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais acima de 1 milhão de reais**

Classe		Nº de Processos
5006	Restauração de Autos	2
10012	Cautelar/Tributária	2
1001	Ordinária/Tributária	4
12006	Embargos à Execução Fiscal	65
10010	Cautelar Fiscal	1
1008	Ordinária/Anulatória de Débito Fiscal	3
12005	Embargos de Terceiro	3
3000	Execução Fiscal	1.097
TOTAL		1.177

Foram analisados, por amostragem os seguintes processos:

1. 0007288-73.2013.4.02.5101 (2013.51.01.007288-7)

Execução Fiscal, protocolada em 10/03/2013, pela Fazenda Nacional, em face de Brasil Center Comunicações Ltda., para cobrar dívida no valor de R\$2.006.414,95 (atualizada até abril/2013).

Em 16/04/2013, foi determinada a citação, penhora e avaliação, na forma do art. 7º e art. 8º da LEF (fls. 31). Em 29/06/2017, o juízo declarou a extinção da execução fiscal referente à inscrição nº 370488610 (fls. 189).

Em ato contínuo, a sentença foi publicada, em 13/07/2017 (fls. 190), e a Fazenda intimada, por confirmação, em 21/07/2017 (fls. 191).

2. 0009270-83.2017.4.02.5101 (2017.51.01.009270-3)

Execução fiscal, protocolada em 31/01/2017, pela Fazenda Nacional, em face de Industrial Agrícola Fazendas Barra Grande S.A., para cobrar dívida no valor de R\$1.686.551,74 (atualizado até janeiro/2017).

Em 07/04/2017, foi determinada a citação, penhora e avaliação, na forma do art. 7º e art. 8º da LEF (fls. 21).

Em 18/05/2017, o Oficial de Justiça Nilton Weigert certificou a executada (fls. 23/25). Em 17/07/2017, a sociedade executada ofereceu à penhora o imóvel registrado no Serviço Notarial e Registral de Paraty/RJ, sob a matrícula nº 1520, Livro nº 2-A (fls. 27/47).

3. 0010268-90.2013.4.02.5101 (2013.51.01.010268-5)



Execução Fiscal, protocolada em 07/05/2013, pela Fazenda Nacional, em face de Peugeot-Citroen do Brasil Automóveis Ltda., para cobrar dívida no valor de R\$1.603.493,33 (atualizada até maio/2013).
Em 07/05/2013, foi determinada a citação (fls. 12).
Em 24/09/2013, o juízo da 06VFEF determinou a redistribuição da ação cautelar nº 0510404-98.2011.4.02.5101 e dos embargos à execução nº 0017126-40.2013.4.02.5101 à 09VFEF (fls. 95).
Em 29/05/2015, o feito foi suspenso, em razão da oposição tempestiva de embargos (fls. 106).
Em 06/04/2016, a Fazenda foi instada a se manifestar sobre o requerimento de substituição da *fiança bancária* oferecida na ação cautelar, por seguro *garantia* (fls. 126).
Em 31/08/2016, o juízo determinou a intimação da executada para retirar as cartas de fiança acauteladas, e suspendeu a execução fiscal, até o trânsito em julgado nos embargos à execução.

4. 0017281-04.2017.4.02.5101 (2017.51.01.017281-4)

Execução Fiscal, protocolada em 06/02/2017, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em face de Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., para cobrar dívida no valor de R\$3.356.662,61 (atualizada até fevereiro/2017).
Em 27/04/2017, foi determinada a citação, penhora e avaliação, na forma do art. 7º e 8º da LEF (fls. 8).
Em 23/05/2017, o juízo determinou à secretaria oficial a 16ª VF, para solicitar a apólice de seguro garantia nº 066532015000107750002059, fornecida pela Petrobrás para a garantia do crédito fiscal oriundo do processo administrativo nº 02022.002386/2008-27 (fls. 112).
Em 29/06/2017, foi certificada a expedição do ofício OFI.0056.000240-5/2017.

5. 0018448-32.2012.4.02.5101 (2012.51.01.018448-0)

Execução Fiscal, protocolada em 16/04/2012, pela Fazenda Nacional, em face de Jaffe Artigos para Propaganda Ltda., para cobrar dívida no valor de R\$1.062.205,18 (atualizada até janeiro/2012).
Em 06/06/2012, foi determinada a citação, penhora e avaliação, na forma do art. 7º e 8º da LEF (fls. 31).
Em 21/02/2013, a exceção de pré-executividade foi rejeitada (fls. 80).
Em 07/08/2013, o juízo determinou o rastreamento e bloqueio dos valores disponíveis em contas bancárias e aplicações financeiras do executado até o limite do montante total exigível na execução, por meio do sistema BACENJUD, compreendendo apenas ativos financeiros sem natureza alimentar, e valores acima de 40 salários mínimos em conta-poupança.

18.2. Modo de controle do prazo de prescrição intercorrente



Quando o Juízo determina a suspensão do processo na forma do art. 40, §2º, da LEF, a Secretaria registra a decisão no sistema (movimento 12/8), e encaminha o processo para a Fazenda Nacional. Restituídos os autos físicos sem manifestação profícua, são postos em escaninhos identificados com o mês e o ano em que ocorrerá a prescrição intercorrente (julho/2023 por exemplo), permitindo controle visual do acervo que aguarda o decurso do prazo prescricional.

Nos autos eletrônicos o procedimento é similar: findo o prazo para a parte exequente, o processo é encaminhado para o escaninho virtual de suspensão, no qual anotado mês e ano em que a prescrição se consumará. Por exemplo, no escaninho abaixo (Suspensão – Art. 40, §2º – 2021), os processos que aparecem na imagem irão prescrever em janeiro/2021 (motivo 01/2012):

Suspensão - Art. 40, § 2º - 2021

Pegar Todos Pegar Selecionados Consultar Visualizar Histórico Atualizar Exportar autos para PDF

Local Virtual Suspensão - Art. 40, § 2º - 2021

Escolher por

Motivo Usuário

Situação Data Entrada

Identificador

Localização Rápida

Tipo do Documento Número

Documentos

☐ Identificadores do Local Atual

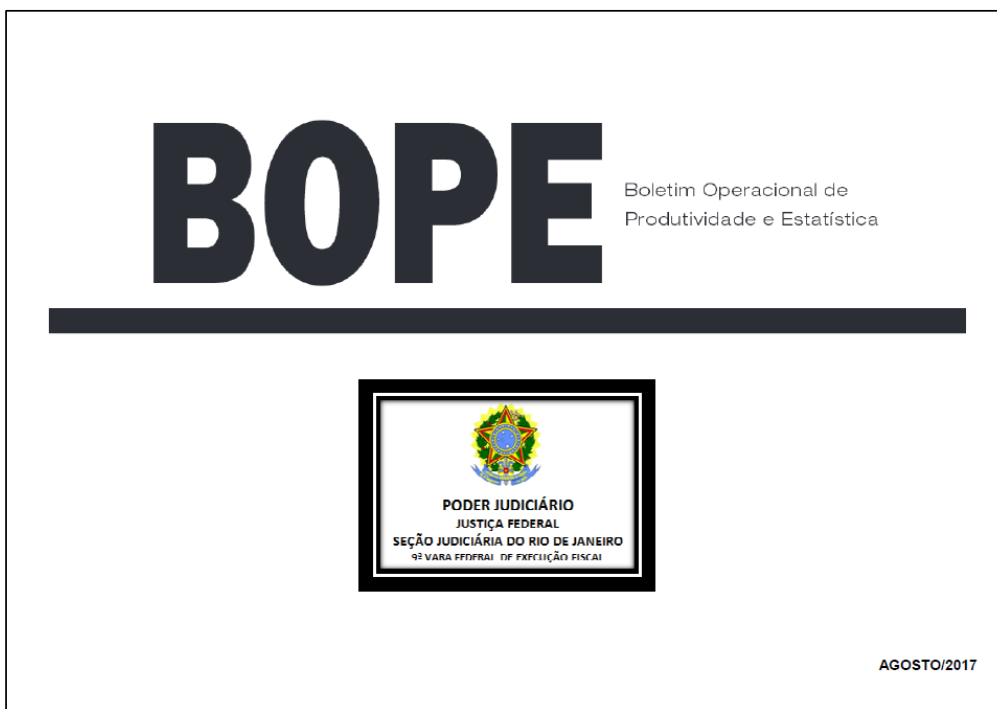
Documento	Classe/Endereço	Motivo
0018553-38.2014.4.02.5101	3000	01/2021
0128417-45.2013.4.02.5101	3000	01/2021
0120653-08.2013.4.02.5101	3000	01/2021
0124485-49.2013.4.02.5101	3000	01/2021
0511318-02.2010.4.02.5101	3000	01/2021
0516612-45.2004.4.02.5101	3000	01/2021
0527185-40.2007.4.02.5101	3000	01/2021
0016213-24.2014.4.02.5101	3000	01/2021
0039805-34.2013.4.02.5101	3000	01/2021
0067156-70.1999.4.02.5101	3000	01/2021



19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Para aferir a produtividade, os servidores preparam mensalmente relatório detalhado que denominam *BOPE* – Boletim Operacional de Produtividade e Estatística (anexo), centralizando em um só arquivo os dados sobre o cumprimento das metas do CNJ, entradas e saídas de processos mês-a-mês, produção mensal de atos judiciais anual, acompanhamento da evolução do acervo e comparação com as outras Varas de Execução Fiscal, entre outros.

Telas exemplificativas:

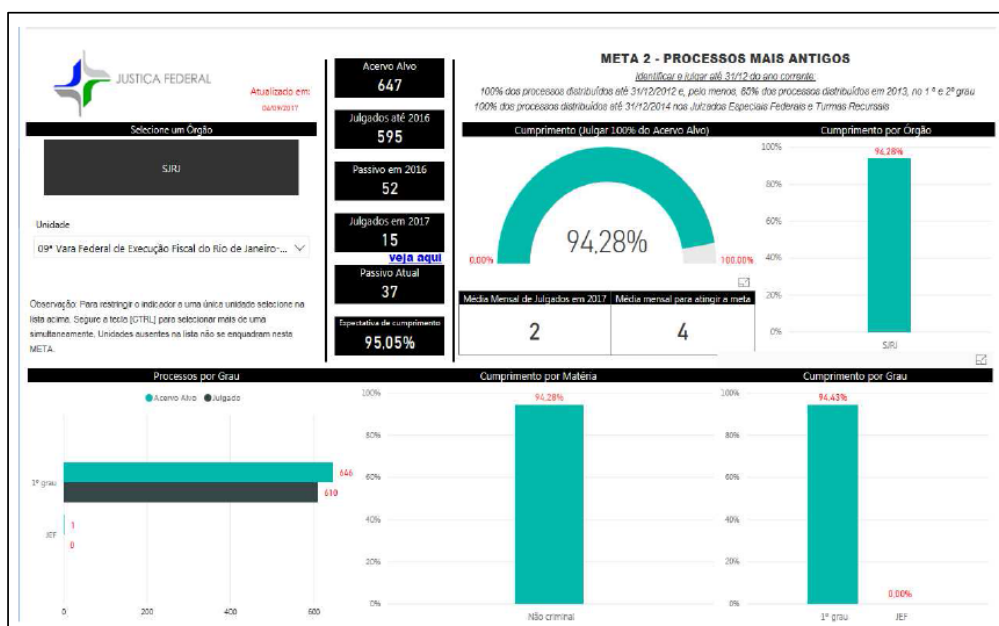
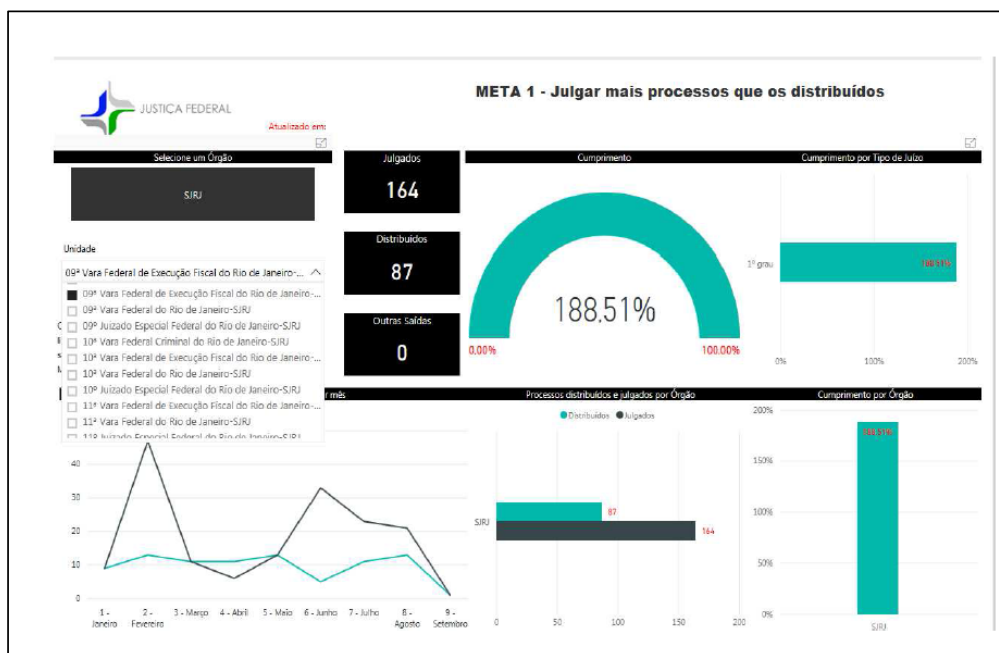




JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária no 09VFEF-RJ/RJ – 17 a 21/7/2017

TRF2
Fls 813





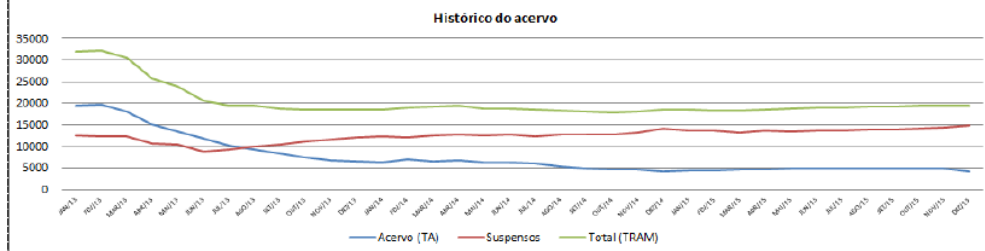
JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Correição Ordinária no 09VFEF-RJ/RJ – 17 a 21/7/2017

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL													Total
ENTRADAS	Execução Fiscal (Dist + Fedist)	65	241	275	314	313	36	334	532				2331
	Embargos à Execução Fiscal (Dist + Fedist)	10	12	12	12	17	10	10	12				95
	Outros (Dist + Fedist)	3	4	10	9	21	9	7	12				75
	Devolvidos pelo TRF	25	22	23	20	32	35	68	35				260
	Reativados	2	3	6	5	9	8	10	8				51
TOTAL DE ENTRADAS		205	310	328	362	383	98	483	659				2812
SAÍDAS	Arquivados (Bairados)	114	232	210	154	139	200	280	237				1546
	Homologados ao TRF	19	42	28	31	20	14	41	44				220
	Outros	4	59	7	6	5	3	5	10				99
	TOTAL DE SAÍDAS	136	333	243	174	164	217	306	291				1864
	Suspensos – Reativados	116	34	244	41	125	219	17	-11				815
TOTAL DE SAÍDAS + Suspensos – Reativados		282	367	487	215	289	436	323	280				2679
BAIRADOS - TOTAL DE ENTRADAS		-92	-78	-118	-208	-244	102	-229	-422				-1256
(BAIRADOS + REMETIDOS AO TRF) - TOTAL DE ENTRADAS		-73	-36	-92	-194	-224	116	-188	-378				-1046
TOTAL DE SAÍDAS - TOTAL DE ENTRADAS		-70	23	-85	-168	-219	119	-183	-368				-971
(BAIRADOS + REMETIDOS AO TRF - SUSPENSOS) - TOTAL DE ENTRADAS		76	57	159	-147	-54	338	-156	-379				-231
PRODUTIVIDADE													
Despachos		784	131	114	64	223	86	75	137				1014
Decisões		519	589	856	623	1004	781	823	1190				6395
Sentenças		149	246	151	81	204	274	156	193				1494
Atos Ordinatórios		16	131	34	10	59	86	23	55				418
PROCESSOS PARADOS:													
Concluídos para DESPACHO - Há mais de 30 dias		0	0	0	8	0	1	0	0				
Concluídos para DECISÃO - Há mais de 60 dias		11	4	3	8	2	3	2	1				
Concluídos para SENTENÇA - Há mais de 180 dias		0	0	0	0	0	0	0	0				
Sem movimento - Há mais de 60 dias		1502	1293	977	1223	1185	1030	1105	842				
Sem movimento - Há mais de 180 dias		730	558	585	625	611	604	533	450				
Sem movimento - Há mais de um ano		403	246	270	284	283	279	221	179				
PROCESSOS ATIVOS AJUIZADOS HÁ MAIS TEMPO	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade
	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050	2060	2070	2080
	1981	1971	1981	1991	2001	2011	2021	2031	2041	2051	2061	2071	2081
	1962	1972	1982	1992	2002	2012	2022	2032	2042	2052	2062	2072	2082
	1963	1973	1983	1993	2003	2013	2023	2033	2043	2053	2063	2073	2083
	1964	1974	1984	1994	2004	2014	2024	2034	2044	2054	2064	2074	2084
	1965	1975	1985	1995	2005	2015	2025	2035	2045	2055	2065	2075	2085
	1966	1976	1986	1996	2006	2016	2026	2036	2046	2056	2066	2076	2086
	1967	1977	1987	1997	2007	2017	2027	2037	2047	2057	2067	2077	2087
	1968	1978	1988	1998	2008	2018	2028	2038	2048	2058	2068	2078	2088
	1969	1979	1989	1999	2009	2019	2029	2039	2049	2059	2069	2079	2089
	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990
	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010
	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020
	2030	2030	2030	2030	2030	2030	2030	2030	2030	2030	2030	2030	2030
	2040	2040	2040	2040	2040	2040	2040	2040	2040	2040	2040	2040	2040
	2050	2050	2050	2050	2050	2050	2050	2050	2050	2050	2050	2050	2050

Referência: 31/12/2014		JAN/15	FEV/15	MAR/15	ABR/15	MAY/15	JUN/15	JUL/15	AGO/15	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15
Em Tramitação	4343	4443	4409	4681	4702	4544	4385	4690	5007	5007	4581	4841	4285
Suspensão	11221	13740	13595	13324	13612	13439	13683	13731	13326	13977	14073	14346	14839
Total	15564	18183	18004	18005	18314	17983	18068	18416	18333	18984	18654	19187	19124
Referência: 31/12/2015		JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAY/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16
Em Tramitação	4285	4532	4467	4376	4265	3566	3565	3623	4043	3454	3055	2729	2666
Suspensão	14600	14836	14891	15253	15432	15872	16143	16450	16109	16729	17101	17367	17388
Total	18885	19368	19358	19629	19697	19438	19708	20073	20562	20183	20466	20136	20054
Referência: 31/12/2016		JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAY/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17
Em Tramitação	2000	2364	2907	2748	2895	2589	2651	2817	3196				
Suspensão	17388	17649	17883	17527	17360	16033	16312	16005	16010				
Total	20540	20613	20690	20375	20853	19622	19963	19812	19206				



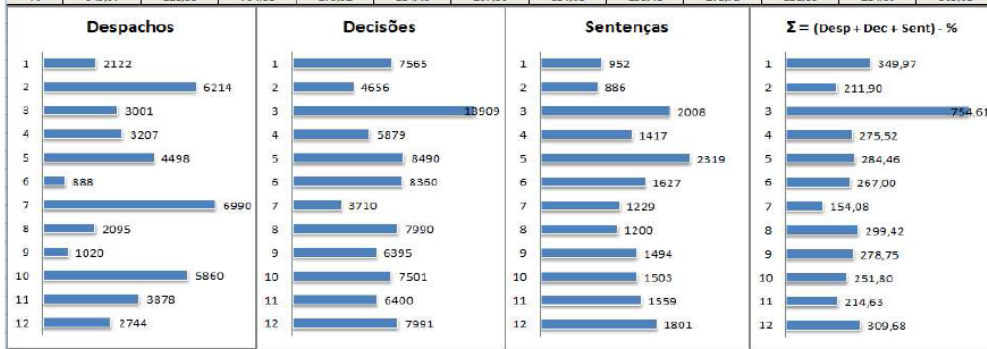


JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária no 09VFEF-RJ/RJ – 17 a 21/7/2017

TRF2
Fls 815

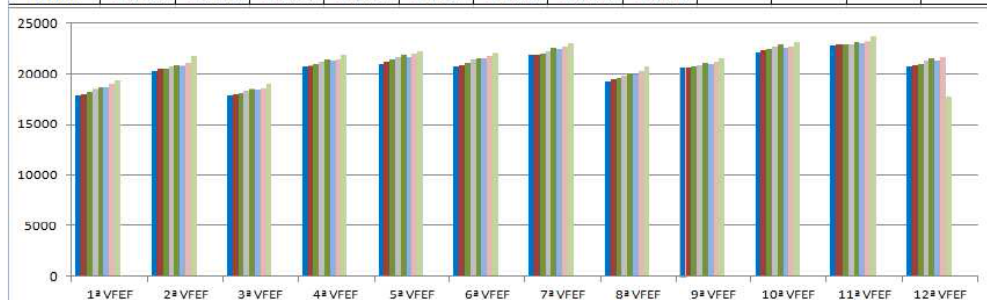
VFEF	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª
Mês	Desp	Dec	Sent	Desp	Dec	Sent	Desp	Dec	Sent	Desp	Dec	Sent
Janeiro	74	199	48	337	351	190	199	491	61	236	443	126
Fevereiro	56	661	87	6	337	64	337	167	232	119	97	232
Março	56	1025	121	669	897	97	440	1032	218	306	107	96
Abril	49	768	82	6	315	125	125	126	91	331	414	112
Maió	45	961	101	769	891	102	454	249	199	199	199	235
Junho	272	374	323	929	714	14	324	146	235	201	413	124
Julho	92	783	92	778	719	92	246	1019	246	241	741	271
Agosto	309	971	92	1102	810	48	402	2104	609	812	1112	110
Setembro												
Outubro												
Novembro												
Dezembro												
TOTAL	3023	7851	482	4264	4684	196	1048	2349	2019	3207	8174	1481
Σ	10639	11758	18918	10503	15307	10875	11929	11285	8909	14864	11857	12536
ACERVO	3040	5548	2507	3812	5381	4073	7742	3769	3196	5903	5515	4048
%	349,37	211,90	754,61	275,52	284,46	267,00	154,08	299,42	278,75	251,80	214,63	309,68



Fonte: Análise 14/09/2017

PROCESSOS - TRAMITAÇÃO - 2017

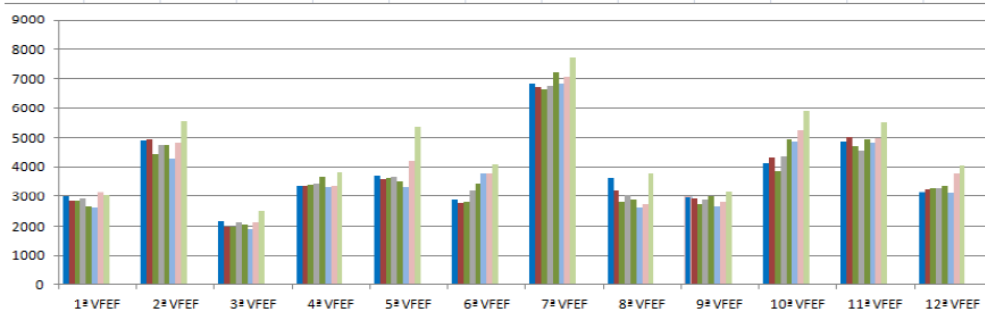
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1ª VFEF	17836	17974	18192	18471	18730	18655	19030	19359				
2ª VFEF	20275	20424	20476	20711	20926	20776	21134	21737				
3ª VFEF	17859	17970	18074	18297	18508	18402	18626	18979				
4ª VFEF	20623	20779	20958	21180	21366	21264	21434	21831				
5ª VFEF	21000	21174	21369	21582	21776	21614	21919	22261				
6ª VFEF	20667	20862	21068	21376	21525	21499	21718	22016				
7ª VFEF	21839	21858	21970	22224	22518	22395	22700	22972				
8ª VFEF	19202	19372	19542	19832	20027	19905	20218	20676				
9ª VFEF	20613	20590	20675	20863	21082	20963	21146	21514				
10ª VFEF	22168	22378	22433	22690	22833	22575	22684	23046				
11ª VFEF	22709	22838	22872	22852	23025	22956	23181	23673				
12ª VFEF	20676	20916	21024	21253	21488	21301	21640	17712				
TOTAL	245467	247135	248653	251331	253804	252305	255430	255776				





PROCESSOS - TRAMITAÇÃO AJUSTADA - 2017

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1ª VFEF	2986	2847	2839	2900	2669	2630	3144	3040				
2ª VFEF	4928	4959	4432	4763	4761	4278	4839	5548				
3ª VFEF	2162	1969	1967	2113	2067	1889	2113	2507				
4ª VFEF	3388	3370	3416	3454	3654	3328	3379	3812				
5ª VFEF	3693	3610	3638	3663	3518	3342	4204	5381				
6ª VFEF	2868	2752	2823	3209	3457	3774	3797	4073				
7ª VFEF	6839	6701	6640	6754	7201	6814	7045	7742				
8ª VFEF	3617	3233	2802	3016	2880	2600	2722	3769				
9ª VFEF	2964	2907	2748	2895	2989	2651	2817	3196				
10ª VFEF	4112	4294	3851	4355	4944	4874	5248	5903				
11ª VFEF	4881	5024	4740	4519	4957	4844	4993	5515				
12ª VFEF	3140	3248	3287	3304	3381	3120	3775	4048				
TOTAL	45578	44914	43183	44945	46478	44144	48076	54534				





20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) Apurar as necessidades específicas de treinamento dos servidores, solicitando à Seção de Capacitação incluir a unidade em programas para superar as dificuldades relatadas, informando as providências a esta Corregedoria (item 4).
- 2) Registrar a fase 18, APOLO, quando houver necessidade de cumprimento de sentença condenatória (itens 8.4 e 9.5).
- 3) Estabelecer procedimentos para reduzir progressivamente a quantidade de processos sem movimentação cartorária além do prazo máximo fixado no art. 228, CNCR (item 9.3).
- 4) Localizar e juntar as petições pendentes listadas no item 9.6.
- 5) Quanto ao item 9.8 (remessas externas além dos prazos legais): (i) cobrar das partes e órgãos externos a restituição dos autos que estejam fora da Secretaria além dos prazos legais; (ii) realizar o movimento de recebimento no APOLO nos processos físicos já restituídos; e (iii) finalizar as remessas de autos eletrônicos cujos prazos para vista já tenham expirado.
- 6) Uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos Repetitivos ou Repercussão Geral, com a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO (aba Paradigmas – opção Associar Processos), item 12.
- 7) Lavrar o termo de abertura do Livro de Ponto dos Servidores, item 16.



21. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional FREDERICO LOURENÇO RIBEIRO, CARLOS ALBERTO DE ARAUJO ROCHA, CARLOS CESAR DE SOUZA DINIZ, JOSÉ VICENTE BENEVENUTI, VICTOR MANOEL MARTINEZ, revisado por FABIO ALDROVANDO, e subscrito por mim, nesta data.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2017.

FABIO ALDROVANDO

Assessor Judiciário – mat. nº 15.939